

Manifestações de integrantes de coletivos e representantes da Coordenação Nacional do FBES sobre o PL 865

informações coletadas até às 11h30 de 12/04/2011

Índice das manifestações

OPÇÃO 1 – retirada das atribuições de ES do PL.....	2
BAHIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual).....	2
RIO DE JANEIRO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	3
SÃO PAULO (3 COORDENADORES, SENDO UM INTEGRANTE DA REDE DE GESTORES) 4	
GOIÁS (1 COORDENADORA) :.....	6
RORAIMA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	6
PERNAMBUCO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	7
PARANÁ (2 REPRESENTANTES)	8
MARANHÃO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	9
RIO GRANDE DO SUL (1 FÓRUM REGIONAL)	10
CEARÁ (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :.....	11
MATO GROSSO DO SUL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :.....	11
RIO GRANDE DO NORTE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :.....	13
PARANÁ (INTEGRANTE DA REDE DE GESTORES) :.....	13
PARAÍBA (1 COORDENADORA) :.....	14
ACRE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :.....	15
DISTRITO FEDERAL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :.....	16
SANTA CATARINA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)	16
ESPÍRITO SANTO (1 COORDENADORA) :.....	17
RONDÔNIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :.....	18
REDE DE ITCPS:	19
ANTEAG:.....	22
CÁRITAS BRASILEIRA:.....	23
FRENTE PARLAMENTAR DE SÃO PAULO E REDE DE ECONOMIA E FEMINISMO:.....	24
ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO SUDESTE:.....	24
IMS:.....	25
COLETIVO DE FORMADORES NO ENCONTRO REGIÃO SUL (SC, RS, PR)	25
BANCOS COMUNITÁRIOS DA REGIÃO SUDESTE :.....	28
OPÇÃO 2 – alteração do nome da secretaria no PL	31
UNITRABALHO (2 POSICIONAMENTOS CLOVIS E NEZILDA) :.....	31
REDE DE GESTORES BH (REPRESENTANTE) :.....	32
MINAS GERAIS (2 COORDENADORES) :.....	33
MATO GROSSO: (1 COORDENADOR) :.....	33
As duas opções.....	35
PARÁ (2 COORDENADORES) :.....	35

OPÇÃO 1 – retirada das atribuições de ES do PL

BAHIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

NOTA DE REPÚDIO

FBaES - Fórum Baiano de Economia Solidária

No Brasil, o movimento de Economia Solidária vêm ganhando força, com a organização dos Fóruns Estadual e Brasileiro de Economia Solidária, integrando diversos atores que se articulam e buscam consolidar o tema de Economia Solidária como política estruturante, a partir de agendas comuns, de promoção de intercâmbios e de sistematização de conhecimentos e de saberes. Como conquista, o movimento tem conseguido implantar políticas públicas no âmbito nacional e estadual, com destaque para o fortalecimento em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e em 2007, no âmbito do estado da Bahia, para a criação da Superintendência de Economia Solidária – SESOL na Secretaria de Trabalho, Renda, Emprego e Esporte – SETRE.

Na Bahia, em junho de 2003, participam deste processo de organização da Economia Solidária, cooperativas, associações, grupos informais, gestores públicos e entidades de apoio e fomento. Nestes anos, construímos conferências e plenárias municipais, territoriais e estaduais em diversos momentos, sempre interligadas ao movimento nacional de Economia Solidária.

Como resultado de todo esse esforço para o fortalecimento do segmento, a SENAES, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, realizou o Mapeamento dos Empreendimentos da Economia Solidária no país, em 2005 e em 2007. Dados preliminares do mapeamento apontam que, de acordo com a segunda etapa (2007), existem 21.834 empreendimentos no Brasil; destes, 47% estão localizados no Nordeste, e 1.611 no estado da Bahia, voltados principalmente para os setores da agricultura familiar, do artesanato, da produção de alimentos e da produção cultural. O mapeamento indica ainda que mais de 70% dos empreendimentos no Brasil foram criados entre os anos 1990 e 2002 e envolvem mais de um milhão de pessoas.

A Economia Solidária é uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano – e não no capital - de base coletiva, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo autogerido, tendo como finalidade à reprodução ampliada da vida. Prezamos pela solidariedade, pela cooperação, pela participação, pela emancipação, pela democracia, pela autogestão, pela não exploração do ser humano e do meio ambiente, pela qualidade de vida, entre outros valores, de forma que qualquer atividade vinculada a ela deverá defender e priorizar esses valores. É com base nos princípios da Economia Solidária e nos seus valores que se assenta nossa manifestação contra o presente Projeto de Lei que “Altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá outras providências”.

A Economia Solidária baseia-se em lógicas distintas do capitalismo, em busca de espaços alternativos que contribuam para a articulação do movimento através da troca saberes e experiências, desta forma, consideramos um contracenso e repudiamos o Projeto de Lei no 865

de 31 de março de 2011, que propõe à inserção das atribuições da Economia Solidária junto à criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa. Partindo do pressuposto que, os empreendimentos de economia solidária não são “instrumentos comerciais” disponíveis no mercado convencional, e que, a valorização da vida e o bem estar encontra-se acima de tudo, julgamos a condução deste Projeto de Lei irresponsável.

O Projeto de Lei não atende aos anseios do Movimento de Economia Solidária da Bahia, nem a reivindicação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de acordo com as demandas apresentadas na II Conferência Nacional de Economia Solidária. Desta maneira, reivindicamos a criação do Ministério da Economia Solidária como indicado pela II Conferência Nacional de Economia Solidária.

Fórum Baiano de Economia Solidária

Fórum Soteropolitano de Economia Solidária

Segunda-feira, 11 de Abril de 2011.

RIO DE JANEIRO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

De: sonia braz <sobraz01@yahoo.com.br>

Data: Segunda-feira, 11 de Abril de 2011, 21:53

Olá Companheirada da ECOSOL, desculpe-nos mas só consegui colher a opinião da Coordenação Nacional/RJ do FBES, agora. Todas nós: Rita(Assessoria PACS), Ivanir (Empreendimento) e Sonia Braz(Empreendimento), consensuamos que: A P.1-Solicitamos que sejam retiradas das atribuições da PL.865/11, que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, a Economia Solidária. Mais especificamente a SENAES(Secretaria Nacional de Economia Solidária) e o CNES(Conselho Nacional de Economia Solidária), devem se manter no MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Apesar da minha posição ser ratificação, mas finalmente!!! A posição das pessoas que se diziam da Economia Solidária começou a ser revelada, só estavam entre nós, porque tiveram que adiar o golpe da IV Plenária (que ficou só na tentativa) até articularem nesta nova conjuntura que ao que tudo indica está favorecendo aos golpistas. Vale a pena ressaltar, que além da Coordenação Nacional do FBES/RJ, esta é a posição da maioria absoluta da militância consultada da ECOSOL/RJ. Desejamos Boa Sorte a todos vocês amanhã nas duas agendas, gostaria muito de estar com vocês, mas não deu, Esperamos que o melhor aconteça pois acreditamos na Justiça Divina ...Vamos que Vamos!!!

De: Antonio Vieira <anoscarvieira@gmail.com>

Data: 12-04-2011 09:32:57

Amig@s

O Fórum de Cooperativismo Popular, instância de organização estadual do movimento da economia solidária do Rio de Janeiro, defendeu e ajudou a aprovar na II CONAES a proposta da criação do Ministério da Economia Solidária.

As instâncias nacionais do movimento da ECOSOL, buscam que as propostas da II CONAES sejam encampadas pelo governo. Caso não seja possível o Ministério, se defende a criação de uma Secretaria Especial de Economia Solidária. Se isto também não for possível, penso que é melhor fortalecer o espaço que a SENAES vem construindo dentro do Ministério do Trabalho.

O que não podemos aceitar é que na estrutura do governo federal os trabalhador@s da economia solidária sejam confundid@s com micro e pequenos empresários. O PL 865 é uma proposta que afronta a nossa identidade como movimento comprometido com uma nova economia, sendo portanto inaceitável.

Antonio Oscar

SÃO PAULO (3 COORDENADORES, SENDO UM INTEGRANTE DA REDE DE GESTORES)

De: Robson Grizilli <robsongrizilli@yahoo.com.br>

Data: 09-04-2011 22:46:38 (Sat, 9 Apr 2011 18:46:38 -0700 (PDT))

boa noite coordenação executiva do fbes

defendo a 1ª pois segue os encaminhamentos de nossas bases.... devemos respeitar as bases..... peço que os parlamentares (que defendem a EcoSol) abram dialogo com a presidencia da republica, provoquem discussões dentro do governo, não podemos ficar calados diante deste retrocesso.

abraço solidário

robson grizilli

De: adalberto sabino <sabinoada@ig.com.br>

Data: 10-04-2011 10:51:04

Respondendo a consulta do FBES, transmitida pela Comissão de Comunicação e Articulação – FPES, pela nossa prezada Maira Rocha – NESOL – USP.

O Instituto de Desenvolvimento Territorial – IDESTE, que atua junto aos pequenos produtores do Oeste Paulista, através do Núcleo de Comunicação, não conseguiu neste período conversar com todos os atores da região, mas sentimos ser de extrema importância que a Instituição se posicione frente a PL 865 e o que se está colocando hoje para a Economia Solidária em nosso país.

A Nota Pública do FBES é clara e bem sabemos que a Economia Solidária avança de forma extraordinária, não correspondendo em nada a criação e vida das microempresas, que a contradiz nossos princípios e está em desacordo com nossos princípios. Nossa amplitude de ações e de visão

de futuro vai além da simples sobrevivência material, ou seja, de ganhar dinheiro. Queremos um mundo melhor, baseado na igualdade e solidariedade. É como querer juntar água e óleo na mesma garrafa.

A pergunta 1 para nós é a melhor forma de resposta nas discussões na próxima terça feira.

(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

São vários os motivos pelos quais optamos por esta proposta:

A base do microempreendedorismo é a competição, que gera desigualdade;

1. Esta está a serviço do capitalismo e num desenvolvimento que conhecemos muito bem;
2. O microempreendedorismo brasileiro hoje é uma instituição sem fins lucrativos, mantido pelas grande empresas do país (dados colhidos do site WWW.sebrae.com.br).
3. Associar a Economia Solidária ao microempreendedorismo é admitir nosso fracasso enquanto movimento nacional de uma mudança de postura diante da vida, do planeta e do sonho de uma sociedade mais justa e igualitária, mesmo que seja por um curto período de tempo.

Que nossa luta não seja em vão,
Que nossa justiça não seja parcial;
Que nossos sonhos não sejam destruídos;
Que a igualdade e a solidariedade sejam soberanas.

Adalberto Sabino
Núcleo de Formação – IDESTE/SP

De: Máira Rocha <mairarocha75@hotmail.com>
Data: 11-04-2011 19:37:48

Coordenação e Secretaria Executiva,

O NESOL-USP manifesta seu posicionamento frente à consulta da Coordenação Executiva pela alternativa 1: Retitar SENAES e CNES do PL 865.

Sobre a justificativa, concordamos com o teor da carta que também subscrevemos do I Encontro de Bancos Comunitários da Região Sudeste.

Saudações Solidárias,

Máira Rocha
NESOL-USP
Coordenação Nacional - FBES

GOIÁS (1 COORDENADORA) :

De: joana darc aguiar de souza <joanadarcaguiar21@gmail.com>

Data: 11-04-2011 15:44:21

Companheiros/as do FBES, após ouvir companheiros/as, o Forum Goiano apresenta as seguintes considerações:

1-O Movimento já demonstrou força ao neutralizar a criação do Ministério da Pequena Empresa como já tinha sido amplamente divulgado;

2-A junção da Economia Solidária com a política da pequena e média empresa instala uma profunda contradição nesta eventual secretaria inclusive com um choque de princípios e diretrizes;

3-Avaliamos que também a inviabilidade de permanecer no MTE pela pouca expressividade que este proporcionou à economia solidária nestes oito anos de gestão;

Por isso, propomos:

APOIAR A PROPOSTA 1 E PERMANECERMOS NA LUTA PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA OU NA PIOR HIPÓTESE , PELA SECRETARIA NACIONAL VINCULADA À PRESIDENCIA DA REPÚBLICA.

Compreendemos que a Economia Solidária é um projeto de um outro modelo de desenvolvimento não podendo assumir uma postura subalterna a uma modalidade produtiva como é a pequena e média empresa.

Grande abraço. Bom trabalho! Joana D´Arc Aguiar

RORAIMA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

NOTA PÚBLICA

O FÓRUM RORAIMENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA através da sua coordenação nacional vem a público reafirmar o compromisso da defesa incessante da implantação do Ministério da Economia solidária ou de uma Secretária Especial, esta defesa se fundamenta nas propostas política dialogado como o movimento de economia solidária através da II CONAES, que mobilizou milhares de pessoas em todo o Brasil, num debate de colocar a economia solidária no centro do planejamento e, conseqüentemente das políticas de desenvolvimento estruturante para o Brasil. Afirmamos que nos últimos anos a economia solidária vem se consolidando em transformar também empreendimento que antes se baseavam no sistema capitalista em empreendimento autogestionários, e outros tantos que iniciaram suas atividades pensando nessa nova relação econômica e outras que já tinha a praticavam e continuam a praticar a econômica solidária.

Além disso, na atual conjuntura política para erradicar a pobreza, a economia solidária é uma forma de gerar trabalho e renda com desenvolvimento sustentável, apresentando seu modelo de produção e consumo, trazendo novos valores para todos que acreditam em uma sociedade a onde o ser humano tem valor.

Repudiamos como PL 865 foi criado, sem consulta ou dialogo com os atores da ECOSOL, principalmente com os empreendimentos econômico solidários, os principais atingindo por essa

falta de respeito e descaso, pela luta e pela escolha de trabalhar de forma cooperada e solidária, o movimento já é uma realidade em nosso País, então, queremos que respeitem as opiniões de milhares de pessoas envolvidas, que são trabalhadores e trabalhadoras cansados (as) de serem excluídos (as), de uma economia que beneficia principalmente as pequenas, médias e grandes empresas do sistema capitalista.

Queremos uma política pública que atenda os empreendimentos econômicos solidários que vem na contra mão do capitalismo, com toda sua forma de pensar a sustentabilidade da vida e principalmente da vida do homem.

Diante disso, é preciso que estejamos na agenda das discussões políticas e econômica do país, está em uma Secretária Especial de Micro e Pequenas Empresas é negar tudo que acreditamos e em tudo que já conquistamos, temos o maior respeito por outra forma de economia e pelas leis que foram implantadas sem o dialogo com a sociedade, como por exemplo o EI, mas queremos ser respeitados pelas pessoas que nos representa seja Presidenta, senadores, deputados e etc...

Por fim e por tudo citado a cima, sugerimos e reafirmamos as deliberações da II CONAES, que se crie um Ministério da Economia Solidária ou que também se crie uma Secretaria Especial, não concordamos e queremos dialogar sobre o assunto, também não concordamos que as instancias institucionais da economia solidária (SENAES E CONSELHO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA fique em uma sub-secretária da Secretária especial de Micro e Pequena Empresa.

Atenciosamente

Coordenação Nacional – Fórum Roraimense de Economia Solidária

PERNAMBUCO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

RESPOSTA DE PERNAMBUCO

O Fórum Pernambucano da Economia Popular Solidária, no limite do tempo disponível, usando alguns recursos tecnológicos disponíveis, ouviu alguns de seus membros e discutiu em petit comitê a 11.04.2011, definindo uma posição por Pernambuco identificada integralmente com a alternativa 1, qual seja:

solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa

Ponderamos, a título de justificativa, três pontos:

a) o movimento, seja no âmbito do Estado de Pernambuco, seja em âmbito Nacional, mobilizou-se com vistas às duas Conferências Nacionais de Economia Solidária e na última delas explicitou a vontade de se ter no Governo do País um Ministério da Economia Solidária. Tal vontade não é contemplada no PL 865.

b) Concretizado o PL 865, a Economia Solidária possivelmente restringir-se-á a uma divisão, seja mesmo uma departamento, sem poder e sem orçamento.

c) Todas as discussões acumuladas parecem indicar uma identidade da ECOSOL com o mundo do trabalho mesmo quando ressaltada a sua dimensão econômica que enfatiza a geração de trabalho e renda, mesmo aí seu maior capital e finalidade são a capacidade de trabalhar e a reprodução da vida. Assim, ela parece deslocada em ambiente institucional que está voltado para o fortalecimento das iniciativas centradas na finalidade da produção e reprodução do capital, através do mecanismo do lucro ou da mais-valia.

Além disso, outras reflexões podem ser adicionadas:

Sem dúvida, é preferível manter o espaço próprio já conquistado, por menor que seja, e ir ampliando a partir do crescimento da organização e da consciência dos empreendedores da economia popular solidária. A mistura com a Secretaria das MPE não irá contribuir para avanços do ponto de vista da economia solidária como base de uma outra sociedade possível. Agora, se pensar a economia solidária apenas de um ponto de vista economicista, que parece não ser o pensamento dominante no nosso movimento de Economia Popular e Solidária, valeria a pena estar na mesma Secretaria, uma vez que as MPE têm obtido importantes conquistas do ponto de vista da redução da carga tributária, da desburocratização, da participação em compras governamentais, etc. Então, somos pela alternativa da autonomia e da independência da Ecosol em vista da superação do capitalismo, mantendo-a, institucionalmente no Governo Brasileiro como está, e não de torná-la apenas um apêndice do sistema.

Portanto, defendemos a primeira possibilidade ao reafirmarmos nossa força e nossa identidade enquanto movimento organizado da Economia Solidária e de lutarmos por um lugar específico da Economia Solidária no governo federal de nosso país. Conquistamos avanços, aprendizagens e temos muito a contribuir na consolidação do enfrentamento para a erradicação da pobreza no país com ações emancipatórias e proposta concretas. Há muitos interesses dos vários ministérios nos nossos acúmulos. Com certeza, estamos em outra conjuntura política, diferente daquela em que foi criada a SENAES e os FBES, que devem ser mantidos e consolidados, e até por isso, convém estarmos atentos aos interesses que estão movendo o PL 865, certamente interesses mais identificados com a lógica empresarial e de mercado.

Paulo de Jesus – CPF 042302724-72

PARANÁ (2 REPRESENTANTES)

De: Alnary Rocha <alnaryrocha@gmail.com>

Data: 11-04-2011 17:15:22

Caros,

Tendo em vista o prazo que temos para enviar os nossos posicionamentos e as opções que se colocam a disposição para o voto.

Eu pessoalmente e também a IESOL - ITCP da UEPG, temos o seguinte posicionamento, que consideramos nosso voto:

Considerando que as alternativas colocadas não são ainda suficientes para o que esperamos em relação a Economia Solidária no Brasil.

Considerando que nem foi posta em prática a movimentação contundente que esperávamos com relação a posição política da criação do MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Considerando também e finalmente, que vamos deixar passar uma oportunidade histórica de enfrentarmos um governo que ajudamos a eleger, e que não respeita as indicações da II Conferência Nacional de Economia Solidária.

O NOSSO VOTO É QUE A SENANES SEJA TRANSFERIDA PARA O ÂMBITO DO MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome!

Saudações entristecidas e indignadas,

Alnary Nunes Rocha Filho

Prof. Ms. Coord. Projetos

PRONINC-IESOL-UEPG
42-3225-0736

De: Carlos Alencastro Cavalcanti <articulamncrpr@gmail.com>
Data: 11-04-2011 19:20:09

Prezados(as)

Considerando a importancia de cada manifestação aqui socializada, quero dizer que também concordo o posicionamento dos companheiros(as) e entidades que manifestam apoio a transferencia da Senaes para o MDS, o que também figura no texto do Beto, porém lembrando que a nossa luta do momento é a retirada do PL do regime de urgencia e a imediata supressao dos artigos relacionados a economia solidaria, lembrando ainda que depois de amanha ou seja 12/04 haverá reuniao da frente parlamentar de economia solidaria com o FBES e dia 13/04 também há agenda com o Gilberto Carvalho, para construção de novos encaminhamentos, por isso volto a lembrar o posicionamento do FPES deve ser enviado com brevidade.

Saudações Solidarias.

Carlos A. Cavalcanti

MARANHÃO (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

De: Associação Agroecológica Tijupá <tijupa@gmail.com>
Para: Fórum Brasileiro de Economia Solidária <forum@fbes.org.br>
Assunto: Re: [Coord. Nacional do FBES] CONSULTA URGENTE sobre PL 865
Data: 11-04-2011 17:48:09

Comp@s, do FBES.

A estratégia 1 é sem dúvida a melhor.

Coloco ainda que não é uma opinião individual nem tampouco institucional.

A referida estratégia bate exatamente (em sua essencia) com o debate de conjuntura - e os seus encaminhamentos - que tivemos agora nos dias 08 e 09/04 na nossa avaliação e planejamento.

Até no máximo amnhã estaremos lançando a carta construída nesta oportunidade.

Grande abraço

Carlos Pereira

RIO GRANDE DO SUL (1 FÓRUM REGIONAL)

DIOCESE DE SANTA MARIA

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA

Rua Silva Jardim, 1704 – Santa Maria - RS- Brasil

Telefone/ Fax: 55-3219-4599 - Email: projeto@esperancacooesperanca.org.br

Site:www.esperancacooesperanca.org.br

OF N° 83/2011

Santa Maria/RS, 11 de abril 2011

Aos Parceiros/as e Lutadores de Economia Solidária !

“ECONOMIA SOLIDÁRIA - OUTRA ECONOMIA ACONTECE !”

Lemos, estudamos o conteúdo do Projeto de Lei e os materiais enviados na Rede de Articulação sobre a Lei.

Gostaríamos de nos pronunciarmos como Fórum da Região Central/RS e com a discussão dos Empreendimentos, Entidades e Apoiadoras que precisamos com urgência que o Ministério da Economia Solidária ou então uma Secretaria Especial de Economia Solidária seja viabilizada no Brasil.

A Economia Solidária é hoje uma realidade no Brasil e precisa ser respeitada e encaminhada pelo Governo Dilma. O povo elegeu este governo, colocando à frente do País, pela primeira vez uma mulher que merece todo nosso respeito, mas precisa, também atender as demandas do povo, entre elas a Economia Solidária.

Reafirmamos o apoio a Nota Pública do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) de 01/04/2011 e a Carta de Porto Alegre de 02 de abril de 2011, cujos documentos estão em anexo.

Com tudo isso nós reafirmamos que o nosso governo, o qual contribuimos significativamente na eleição, pense com muito interesse de instalar no Brasil as Políticas Públicas de Economia Solidária, através de uma Legislação e organização necessárias para o seu crescimento e pleno Desenvolvimento Solidário e Sustentável.

O Empreendedorismo pode ser instalado para um outro público. A Economia Solidária não segue a metodologia do Empreendedorismo e a Autogestão. É outra realidade e outra proposta completamente diferente.

-> Os mais de 22 mil Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil, que são mais de dois milhões de Trabalhadores/as de Economia Solidária em todos os Estados Brasileiros que atuam na Economia Solidária. No RS, são mais de 2.000 Empreendimentos Solidários em pleno funcionamento, merecem todo o respeito e atenção do Governo Brasileiro.

Na região central/RS, coordenado pelo Fórum Regional de Economia Solidária e o pelo Projeto Esperança/ Cooesperança temos atualmente:

-> +/- 250 Grupos Associados,

-> +/- 5.000 famílias integradas

-> Mais de 22 mil pessoas beneficiadas pela Economia Solidária através do Projeto Esperança/Cooesperança da Diocese de Santa Maria.

-> Atuação em 34 Municípios pelo Território da Cidadania da região central/RS.

Santa Maria é a Capital Mundial da Economia Solidária, por ocasião dos grandes Eventos Internacionais de julho de cada ano, cuja agenda se repete há quase 18 anos

ininterruptamente. São Eventos que fortalecem e consolidam do Modelo de Desenvolvimento Solidário e Sustentável de “Uma Outra Economia que já Acontece”.

A Economia Solidária é hoje uma realidade no Brasil e nos 05 Continentes do mundo. A Economia Solidária é muito mais do que se vê e do que se vende, é um novo modo de se organizar, trabalhar, produzir, comercializar, consumir, e sobreviver, com dignidade e autogestão. É um Modelo de Desenvolvimento Solidário Sustentável, para o futuro da Humanidade que constrói um modelo de Desenvolvimento, Produção e Consumo .

A II Conferência Nacional de Economia Solidária realizadas em Brasília, em junho de 2010, aprofundou o Tema : Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação e de Maneira Sustentável.

CEARÁ (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :

De: Reginaldo Figueiredo <reginaldo.poeta@yahoo.com.br>

Data: 11-04-2011 18:28:36 (Mon, 11 Apr 2011 14:28:36 -0700 (PDT))

Olá pessoal.

Em nossa reunião da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária, discutimos bastante, e optamos pela primeira e estamos nos mobilizando em nosso estado para também fazermos pressão. Formamos uma comissão que esta encaminhando uma audiência pública, convocando os deputados que fazem parte das frentes parlamentares em nosso estado e os simpatizantes.

Saudações solidárias,
Reginaldo Figueirêdo
RCSES Ceará

MATO GROSSO DO SUL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :

Campo Grande, 11 de abril de 2011

NOTA DO MOVIMENTO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

Diante da consulta realizada pela Coordenação Executiva do FBES, quanto à estratégia de negociação junto aos parlamentares e os membros do governo Dilma, em relação ao PL 865, nós membros da Coordenação Nacional, em nome do Fórum Estadual-MS e demais entidades, após consultar os três seguimentos que compõem o movimento em nosso estado, vimos afirmar nossa posição, após discussão sobre o contexto e as possibilidades de atuação do Movimento de

Economia no atual momento político, nos posicionamos de forma contundente pela opção nº 1, ou seja:

- Que a Coordenação Executiva e Secretaria Executiva do FBES devem negociar junto ao governo Dilma, bem como, junto aos parlamentares que seja retirada do PL 865 tudo que se refere às atribuições da Economia Solidária (SENAES e Conselho Nacional da Economia Solidária - CNES) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, Secretaria esta, que reconhecemos como conquista de um setor importante na sociedade brasileira, que vem contribuindo com a geração de emprego e renda de muitos brasileiros e brasileiras, mas que tem uma lógica diferenciada da Economia Solidária e que, portanto, não deve estar no mesmo espaço institucional da Economia Solidária.

Consideramos que a Economia Solidária é parte de uma estratégia de desenvolvimento, baseada em princípios e valores de autogestão e democracia econômica que, embora conviva e tenha como parceiras outras formas de empreendedorismo popular não pode estar subordinada à lógica da Micro e Pequena Empresa. Reafirmamos com isso a decisão da II CONAES, da necessidade da criação do Ministério da Economia Solidária.

O ponto central é que o modelo difundido pela Micro e Pequena Empresa, na lógica do Empreendedorismo, propõe a criação, no nosso entendimento, de alternativas para a geração de emprego e renda que não rompem com as relações convencionais de produção e distribuição dos resultados do trabalho, reproduzindo a lógica da exploração, da centralidade do capital e da geração de lucro, pelo lucro

Enquanto a Economia Solidária propõe a criação de alternativas de desenvolvimento local sustentável, baseada na melhor qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente onde estão inseridas, tendo, portanto, sua centralidade na VIDA.

A Economia Solidária é hoje uma realidade no Brasil, segundo dados levantados pelo próprio governo federal, através do Sistema Nacional de Informação da Economia Solidária - SIES e precisa ser respeitada e encaminhada pelo Governo Dilma, através da criação de políticas públicas voltadas para esta parcela da população que vem gerando trabalho e renda a milhares de famílias. Contribuímos, enquanto movimento de economia solidária, no país e em nosso estado com a eleição deste governo, acreditando dar continuidade a um governo popular, e, sobretudo, pela primeira vez colocando à frente do País, uma mulher que merece todo nosso respeito, mas que precisa também, como governo popular, respeitar os espaços de construção coletiva conquistadas, sobretudo, nos últimos 08 anos do governo Lula, e atender as demandas do povo, dentre elas a Economia Solidária. Em nosso estado, os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES estão organizados em diversos Núcleos de Base, espalhados em comunidades urbanas e rurais; indígenas e quilombolas e, em 04 Fóruns Municipais, 01 Fórum Regional e no Fórum Estadual de Economia Solidária, espaços estes que permeiam os Territórios da Cidadania e outras políticas do governo federal.

Temos uma experiência de uma Central de Comercialização de Economia Solidária do MS, em parceria com o governo do estado, que envolve 63 EES de 25 municípios do estado, que vem contribuindo com a geração de trabalho e renda a aproximadamente 1.300 pessoas, provando que com o mínimo de investimento é possível propiciar melhor qualidade de vida as pessoas e com a Erradicação da Pobreza Extrema.

Com base em consultas realizadas as nossas bases e nestas afirmações é que reafirmamos o apoio a Nota Pública do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) de 01/04/2011, e nos dispomos a continuar contribuindo com a articulação e mobilização do Movimento em nosso estado e no país.

Atenciosamente,

Coordenação Nacional do Fórum Estadual de Economia Solidária do MS
Coordenação Estadual e Executiva do Fórum Estadual de Economia Solidária do MS
Conselho Gestor da Central de Comercialização de Economia Solidária de MS
Central dos Trabalhadores (as) da Economia Solidária.

RIO GRANDE DO NORTE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :

De: Lidiane Freire de Jesus <lidianefreire@gmail.com>

Data: 11-04-2011 20:38:10

Posicionamento da representação do FPES/RN diante da PL 865

Desde da ultima quinta, onde tivemos reunião da executiva do FPES, sendo reforçado no ultimo sabado com essa mobilização, venho dialogando com militantes da economia solidária potiguar sobre o processo em curso.

Confesso qua a ausencia de tempo para amadurecer os pensamentos e as tomadas de decisões dificultam e nos engessam, porém necessitamos de urgência.

Conseguimos alguns posicionametos na lista local do FPES que reforçam a necessidade de respeitar-mos as deliberações que vem sendo construídas desde a I CONAES, IV Plenária do FBES, culminando e amadurecendo na II CONAES em 2010. Lembrando que foram processos bem representativos, mobilizado por todo País. O contrário disso significa não legitimar toda construção coletiva em prol do fortalecimento da economia solidária enquanto projeto político, social, emancipatório e econômico pra sociedade.

Diante do contexto entendemos que a única saída é manter a primeira proposta: (1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Nos mostramos com setimento de indignação diante dos desdobramentos e da falta de dialogo com o movimento da economia solidária do Brasil.

Um abraço

Coordenação do FPES.

PARANÁ (INTEGRANTE DA REDE DE GESTORES) :

De: Marcia BC <mbianchicosta@gmail.com>

Data: 11-04-2011 20:54:44

Caros companheiros da Ecosol.

Faço minhas as palavras do Alnary, a impressão que dá é que estamos temerosos por lutar em nome do que realmente queremos, o Ministério da Economia Solidária ou a Secretaria Especial, não há como aceitarmos a presença da Ecosol dentro da Secretaria de Micro empresas, nossas características são diversas, nossos fins se contrapõem, precisamos sim lutar pela construção de uma Secretaria, de um Ministério, não esqueçamos que a força está na mão do povo, temos apenas que aparecer e dizer a que viemos.

Minha posição corrobora a do Lilo e demais companheiros que estão na mesma linha, que seja a SENAES transferida ao MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, assim estaremos no mínimo falando a mesma língua.

E penso ainda, que a proposta é retirada imediata através de emenda ao PL865/2011, das atribuições da SENAES.

Não esquecendo ainda que temos uma tarefa que deve ser cobrada todos os dias, o abaixo assinado pela Lei da ES.

Saudações solidárias.

Márcia Bianchi Costa
(044)9831-7438
Município de Paiçandu - PR

PARAÍBA (1 COORDENADORA) :

From: reginabonfa_jp@hotmail.com
Date: Tue, 12 Apr 2011 03:50:34 +0300

Enquanto representante do fórum Paraibano de ecosol ,na coordenação nacional ,acreditamos que a melhor estratégia do fbes junto aos parlamentares,com relação a PL 865 é a alternativa nº 1; pois as ações e propostas das micros e pequenas empresas não correspondem aos princípios praticados pela economia solidária,nem tão pouco atendem aos anseios e necessidades dos empreendimentos solidários.visto que a noissa luta tem sido em prol de um desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

REGINA MARLENE BONFÁ DOS SANTOS

COORDENAÇÃO NACIONAL(Fórum Estadual-PB)

ACRE (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :

Reunião Extraordinária do Fórum Estadual de ECOSOL - 11 de Abril de 2011

Local: Auditório da UMARB

Objetivo da Reunião: Responder as 02(duas) questões enviadas para o Fórum Acreano sobre a PL 865/2011 de 31 de Março de 2011.

Organizações Envolvidas:

Rede de Educação Cidadã – RECID; Bancos Comunitários; Fórum Acreano de ECOSOL; Coordenação Nacional; Instituto Capital Social; FBES; Coordenadoria Municipal de ECOSOL – COMTES; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS; Cooperativa COOPERMÓVEL; Cooperativa COESA; Associação Buriti da Amazônia; Associação Sementes Vivas; Associação NEMO; Representações de vários seguimentos de empreendimentos econômicos solidários.

O Fórum Acreano se reuniu em uma reunião extraordinária para se posiciona em defesa da criação da Secretaria Especial de Economia Solidária, e contestar com a postura do Dep. Federal Sibár Machado, diante do pedido de urgência a PL 865, deputado este que os ES apoiaram sua candidatura, assim depositando a confiança deste na ECOSOL do Acre, foi frustrante para os ES do Estado do Acre, vamos fazer um documento repudiando a sua postura.

O Fórum Acreano afirma que as deliberações da IV Plenária e da II CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária) que teve participação de muitos atores, fazendo proposta de grande importância para o movimento com a ECOSOL na criação do Ministério de Economia Solidária, assim fortalecendo o movimento dentro das políticas de desenvolvimento do Brasil. A economia solidária vai muito além de uma secretaria de Micro e Pequena Empresa conforme colocado no PL 865/2011. Esta que foi construída sem diálogo com o movimento de economia solidária, faltando com respeito desvirtuado todos nossos princípios e valores.

Lembramos do processo de eleição do segundo turno da presidenta Dilma, onde o FBES se posicionou mostrando a cara para o Brasil, apostando em seu governo.

Por isso o Fórum Acreano vêm afirmar que o primeiro item será uma das estratégias de diálogo com a presidência da República.

Por consenso de todos (as) após várias falas significativas, discussões e muita reflexão nos possibilitou a chegar a um denominador comum, o coletivo acredita que a primeira pergunta condiz com nossas expectativas e reafirma a proposta política de economia solidária.

1) Solicitar via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Companheiros dos Fóruns Estaduais, que neste momento que nos unamos, pois a força nós temos só precisamos saber usar no momento certo e na hora certa e este é o momento, estamos para o diálogo, mais se caso não haja um consenso no que condizem nossos anseios, somos um movimento que pelo visto muito passivo, então avançamos pra cima e fazer pressão junto a Presidência da República para que escute nosso grito de luta por um mundo melhor, defendendo nossa identidade.

Fórum Acreano de Economia Solidária

Rio Branco Acre, 11 de Abril de 2011.

DISTRITO FEDERAL (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :

De: Paulo Henrique de Moraes <paulosolidario@yahoo.com.br>
Data: 12-04-2011 00:54:01 (Mon, 11 Apr 2011 20:54:01 -0700 (PDT))

Comp@s

A Coordenação do Distrito Federal e Entorno

(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa.

O movimento de Economia Solidária não é contra a Micro e Pequena empresa, mais estamos reafirmado o papel, que cada um tem dentro da Sociedade, a Economia Solidaria tem a dimensões do desenvolvimento

- 01) Ambiental
- 02) Economico
- 03) Político
- 04) Social
- 05) Cultural

A proposta de Desenvolvimento com vida de qualidade, com dignidade passa pela distribuição de renda de forma justa.

Paulo Henrique de Moraes
Alex Freis
Olena Valente

SANTA CATARINA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual)

De: Kity Kris Bender <kristiany_bender@hotmail.com>
Data: 12-04-2011 01:05:27 (Tue, 12 Apr 2011 04:05:27 +0000)

Santa Catarina, 11 de abril de 2011.

O Fórum Catarinense de Economia Solidária - FCES, em caráter de urgência reuniu-se hoje com os membros da coordenação executiva, de forma virtual, devido ao tempo escasso para mobilizações maiores, e vem através deste, manifestar -se favorável a alternativa de enfrentamento.

1. "Solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e CNES) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa".

Até amanhã (12/04/2011) encaminharemos carta formalizando a manifestação.

Att.

Coordenação Executiva do FCES
Kristiany Bender (47) 8804-3751
Paulo Dalfovo (47) 8461-7265

ESPÍRITO SANTO (1 COORDENADORA) :

De: Galdene Santos <galdene_s@hotmail.com>
Data: 12-04-2011 05:16:37

Depois das mais variadas leituras a respeito da PL 865

minha posição é (1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Temos uma caminhada, temos as conferencias para mais que tudo para justificar as decisões e demandas importantes da ecosol, onhecidos
Ser entendidos ou reconhecidos como uma ação dentro de um ministerio de micros e pequenas e empresas é talvez porque não estamos nos fazendo entender para os parlamentares nem para o Governo Dilma (acho que não fizemos isso nem no governo lula)
Avante Ecosol

Vamos mobilizar nos estados a força dos trabalhadores da Ecosol, vamos mostrar a cara dos trabalhadores.

A conjuntura atual tem como resultado fóruns estaduais muito fragilizados, com muitas disputas internas e discussões fragmentadas
Temos que fazer um levante, fazer valer as campanha de assinaturas e realizar uma grande marcha rumo ao planalto e mostrar de fato a cara da Economia Solidária

Galdene santos
CDDH-Serra
Fórum Ecosol Espírito Santo
27- 3066-2183

RONDÔNIA (POSICIONAMENTO DO Fórum Estadual) :

NOTA do FRES/RO

Queremos apresentar o posicionamento do FRES/RO, que abrange o entendimento da Coordenação Nacional e Estadual do FRES, Coletivos de Economia Solidária presentes no Estado, opiniões emitidas pelos 03 (três) segmentos (EES, EAF e PPES), antecedida e pautada nas deliberações da II Conferência Estadual da Economia Solidária em Rondônia, no processo preparatório à II Conferência Nacional de ES. Posteriormente reafirmado pela representatividade das Unidades Federativas do BRASIL e DF nesta mesma II CONAES.

Nosso compromisso é com a defesa da implantação de um espaço ampliado para a Economia Solidária no Governo Federal. Que seja elevada ao patamar de Ministério, na impossibilidade deste espaço, que seja uma Secretaria Especial de Economia Solidária, pois também entendemos que não precisamos ser inflexíveis.

Portanto nossa defesa ao item 1.

Fazendo análise do PL 865, não sentimos que a Economia Solidária esteja contemplada na sua diversidade nesta proposta e que será um retrocesso para nós a aprovação da mesma com a atual redação e com o atual entendimento. A aprovação deste PL, além de minimizar o avanço da política da Economia Solidária, um segmento que garante milhares de postos de trabalho, que atende ao mercado e estimula o consumo de forma diferenciada e constrói a sua luta pautada nos princípios da autogestão, democracia, preservação ambiental e cultural, vem a ser um contracenso com os princípios (fomentados pelo governo LULA) que norteiam a própria estratégia de ECOSOL.

Ao ler a PL, sentimos que estão associando o Cooperativismo à Economia Solidária para justificar a incorporação, o que é um equívoco, pois não somente por cooperativas são formados os empreendimentos de economia solidária, os grupos informais, clubes de trocas, as diversas formas de empreendimentos, redes, cadeias produtivas, onde ficam? Existem milhares de COOPERGATOS espalhadas por este Brasil afora, que são empresas disfarçadas de Cooperativas. A Lei do Cooperativismo como está, já não traduz a realidade dos empreendimentos em nosso País, seja nos critérios da formulação ou na abrangência dos negócios, ou nos órgãos que as regulamentam. Isto ainda continua engavetado e ninguém mexe.

Entendemos que a PL 865 não garante a consolidação da nossa plataforma para o desenvolvimento de forma sustentável e solidária, coloca o mercado e a produção como centralidade, enquanto entendemos que a pessoa humana e o trabalho devem ser a égide para a construção de um mundo melhor, com mais equidade, com distribuição de renda.

Se o rumo da política pública de Economia Solidária cada vez mais funcionar como um braço do sistema capitalista colocando-a na mesma panela dos processos construídos para a lógica de mercado selvagem, teremos aí o total distanciamento do ideal de um novo modelo sistêmico de desenvolvimento que se contrapõe a exploração do trabalho escravo, a exploração ambiental, a dizimação de povos e culturas, as guerras, entre outros aspectos.

Entendemos que no mesmo passo da erradicação da miséria, deverá existir a dizimação da extrema riqueza, da exploração. Todas as pessoas devem ter acesso aos bens, devem ter acesso ao conhecimento, a elevação moral, todos/as devem ter direito ao bem viver. A acumulação de capital estimula a corrupção, as lutas, ao domínio (de terras, de bens, do conhecimento etc).

De outro lado garantir direitos ao micro ou ao empreendedor individual (EI) pode ser uma estratégia para a Economia Popular, que é um direito destes trabalhadores/as, além do que garante a ampliação das fontes de arrecadação para o Governo. Mesmo com esta perspectiva, não existem garantias de que estas iniciativas sobrevivam, por conta de uma lógica selvagem do mercado. Neste sentido, até

mesmo para o EI a Economia Solidária pode se tornar uma estratégica emancipatória que poderá romper com o seu isolamento e garantir o desenvolvimento de inúmeras iniciativas, se tivermos em conta os processos de redes de cooperação por exemplo.

Entendemos que um espaço para micro e pequenos empreendedores pode até existir, porém reafirmamos que ele não atende todas as dimensões da Economia Solidária.

Também é um equívoco que a erradicação da pobreza se pautar apenas pela criação de novos empregos, mesmo que de forma associada. Na economia solidária temos a diversidade de pessoas que nunca entraram na lógica do trabalho formal, especialmente quando falamos de povos e comunidades tradicionais. A garantia de direitos à vida, à liberdade, à expressão, entre outros, vai para além desta lógica, portanto é imprescindível o apoio, reconhecimento e a oportunização do trabalho solidário, das relações econômicas solidárias (Economia Solidária).

Nosso movimento além da experiência dos povos e comunidades tradicionais, vem do movimento operário, da luta no campo, de homens e mulheres, da juventude, de luta pelo socialismo, que agora encontra uma nova forma e mais compreensível e eficaz de se manifestar. Desta maneira, impossível dialogar com uma lógica capitalista de mercado, de relação de trabalho subalterno, de estratificação, de produção.

Não considerar este acúmulo de milhares de trabalhadores/as de empreendimentos solidários urbanos e rurais, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que é constituído a partir de representatividades estaduais, de redes e organizações nacionais ao construir esta PL 865, sem consulta ou o mínimo diálogo só pode ser encarado como falta de respeito e descaso.

Nós da Economia Solidária, botamos nossa cara na rua para eleger o Governo Dilma Rouseff, fizemos mobilizações, atos, reuniões, por entender que este governo seria a continuidade de um governo popular e de diálogos com movimentos sociais.

Não cansamos de dizer que queremos uma política pública que atenda os empreendimentos econômicos solidários em todas as suas expressões, que garanta o desenvolvimento sustentável.

É preciso que estejamos na agenda das discussões políticas e econômicas do país de forma aparente e articulada. Estarmos obsoletos em uma Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas é negar tudo que acreditamos e tudo que já conquistamos, especialmente nos últimos 08 anos de governo.

Por fim e por todos os atos, queremos e reafirmamos as deliberações da II CONAES, que se crie um Ministério da Economia Solidária ou que também se crie uma Secretaria Especial.

Solicitamos que seja retirada, conforme previsão no PL 865, as atribuições da SENAES e CNES de dentro da SEMPE, especialmente por conta da forma como está tratada a ES neste contexto e que seja garantido pelo Governo Federal um espaço de articulação e visibilidade da Economia Solidária na estrutura de Ministério.

Atenciosamente

Representação Nacional, Estadual e Coletivo de Economia Solidária
Fórum Rondoniense de Economia Solidária

REDE DE ITCPS:

Carta de Porto Alegre

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que compõem a Rede de ITCPs e os 250 participantes do III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas Populares, do I Simpósio Internacional de Extensão Universitária em Economia Solidária e do XVI Encontro Nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, reunidos em Porto Alegre no período de 30 de março a 02 de abril de 2011, tornam público sua decisão de reafirmar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento, nos termos indicados pelas decisões da I e II Conferências Nacionais de Economia Solidária.

Nos últimos anos o governo brasileiro resignificou o papel da universidade no processo de transformação social a partir da construção de diferentes políticas de apoio à democratização do acesso e, por conseqüência, abrindo novos horizontes educacionais às populações a quem historicamente foi negado este direito.

Desde 1998 a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), hoje formada por 44 incubadoras, cujo objetivo é apoiar a formação e consolidação de empreendimentos econômicos solidários através de processos de formação e assessoria técnica, desenvolve um trabalho nesta perspectiva.

Discutir uma universidade que trabalhe os processos de produção do conhecimento de maneira realmente articulada com os movimentos sociais, comprometida com a formação de estudantes com um novo perfil, e estimular o debate interno às universidades, questionando o modelo produtivista de produção do conhecimento, significa contribuir no processo de transformação social a partir da ótica dos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. Este tem sido o compromisso da Rede de ITCPs nestes 12 anos de existência!

A ação das ITCPs origina, necessariamente, um processo de intensa articulação entre pesquisa, ensino e extensão nas universidades em que funcionam. A ação da Rede pressupõe o trabalho na direção das demandas originadas dos grupos de economia solidária que reúnem trabalhadores e trabalhadoras que fazem a opção pelo trabalho associado em suas necessidades de assessoria técnica, formação e produção do conhecimento, principalmente no que se refere às tecnologias sociais.

O trabalho das incubadoras da Rede de ITCPs pressupõe ainda uma ação política de articulação com o projeto político da economia solidária que, como afirma a nota pública do FBES de 01/04/2011, “não se expressa por uma determinada personalidade jurídica e não se restringe a inclusão produtiva, vai além, ao trazer à pauta um desenvolvimento territorial, justo e sustentável, centrado em outro modelo de consumo, produção e comercialização, tanto no meio urbano, quanto no rural. Promove novos valores e traz outra referência para o dinheiro e para as finanças, considerando o papel central do trabalho no desenvolvimento do ser humano e na valorização da vida. Tais iniciativas se expressam, por exemplo, em cooperativas populares de catadores de materiais recicláveis, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, bancos comunitários, empreendimentos coletivos de prestação de serviços e grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais.” Neste sentido, gostaríamos de apontar alguns aspectos importantes presentes no cenário brasileiro dos últimos 8 anos, no que se refere à consolidação da política

pública de economia solidária em nosso país:

-> No governo Lula, a implantação da SENAES foi um passo inédito e importante para o processo

inicial de constituição da política pública em economia solidária no Brasil. No entanto, o reconhecimento da especificidade do trabalho associado através das práticas de economia solidária

e da definição de um lugar institucional para a política nacional de economia solidária ainda é um

processo em construção;

-> É preciso que reconheçamos o esforço transversal de diferentes Ministérios que através de

suas

políticas pautaram a construção de ações e programas voltados para a economia solidária, mesmo

que de maneira fragmentada;

- > No mesmo sentido, o ressurgimento e o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC), recentemente institucionalizado através de decreto assinado pelo presidente Lula, parece indicar um passo importante, embora ainda esteja distante de atender às reais especificidades do trabalho desenvolvido pelas incubadoras no processo de apoio aos grupos incubados. Além disso, o montante de recursos destinados ao programa (cerca de 20 milhões

de

reais) nem de longe se assemelha aos recursos destinados às demais incubadoras (cerca de 400 milhões de reais);

Porém a II Conferência Nacional de Economia Solidária ao fazer o balanço e apontar os desafios da Economia Solidária no Brasil, indica em seu documento final que:

“as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional. A implementação de programas e ações é seriamente comprometida pelas normativas e pela cultura institucional que favorecem a fragmentação das políticas, dificultando apoio governamental no fomento aos

empreendimentos

de economia solidária. Da mesma forma, o acesso dos empreendimentos econômicos

solidários ao

financiamento e ao crédito ainda é extremamente limitado e em alguns setores, inexistente.”

(Brasil, 2010)

Tais pontos parecem indicar

- > A necessidade de indicar a economia solidária como importante instrumento de consolidação

de

um outro modelo de desenvolvimento e de inclusão social e econômica;

- > A necessidade de consolidarmos políticas públicas para além do governo, mas

institucionalizando

uma política de estado através da Lei Geral da Economia Solidária

- > A necessidade de buscarmos consolidar uma política pública de C & T que permita processos

de

produção do conhecimento com participação popular e voltada para a transformação social a

partir

do trabalho em rede que hora desenvolvemos junto aos empreendimentos econômicos

solidários

que hoje acompanhamos;

Neste sentido é que reiteramos as palavras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em carta enviada à

recém-eleita Presidenta Dilma Roussef que considerava:

- > o potencial já demonstrado pela economia solidária de contribuir com o resgate humano e a erradicação da pobreza e da miséria;

- > a capacidade da economia solidária em gerar oportunidades de geração de trabalho e renda

para

setores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho tradicional;

- > o compromisso da economia solidária em promover o desenvolvimento territorial,

sustentável e

solidário, em que a produção da riqueza tenha como finalidade a qualidade de vida;

- > a natureza transversal e intersetorial da economia solidária, que exige um espaço institucional

de

articulação e organização do conjunto de políticas relacionadas;

-> o crescimento expressivo da economia solidária em todos os segmentos da sociedade civil e em

políticas públicas municipais e estaduais;

os “13 Compromissos para fazer avançar a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento”, assumidos pela campanha eleitoral; e

-> a necessidade de ampliar o patamar das políticas públicas de economia solidária para contribuir

com os objetivos centrais apontados por seu programa de governo.

Considerando o acima exposto, repudiamos veementemente o Projeto de Lei que “Altera a Lei no 10.683,

de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria

a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cria cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e dá

outras providências”, encaminhado pela mensagem nº 65 da Casa Civil, no dia 31/03/2011, bem como a

forma como o processo foi conduzido sem nenhum diálogo com o movimento da Economia Solidária, o que

talvez nos remeta a pensar em um modus operandis semelhante ao utilizado há exatos 47 anos no Brasil.

Tal projeto, longe de atender às especificidades da economia solidária e das reivindicações do Fórum

Brasileiro de Economia Solidária afasta ainda mais a possibilidade de centralização da política e reiteramos

a necessidade da criação de um Ministério da Economia Solidária como indicado pela II Conferência

Nacional de Economia Solidária.

Rede de ITCPs

Veja as incubadoras filiadas à Rede de ITCPs no sítio internet www.redeitcps.com.br

ANTEAG:

De: anteag@terra.com.br

Data: 11-04-2011 15:58:34 (Mon, 11 Apr 2011 18:58:34 +0000)

CONSULTA URGENTE sobre PL 865

Camaradas, não podemos abrir mão de nossa característica e de nossa identidade enquanto Economia Solidária. Fizemos plenárias que legitimaram plenamente o marco conceitual e prático da Economia Solidária. Podemos conversar, devemos dialogar, temos coração aberto para negociar tudo, menos nossa identidade. Esta não tem segunda via.

Sobre a perspectiva de estar no espaço da Micro e Pequena, lembrei-me de uma expressão: passarinho que anda com morcego começa a dormir de cabeça para baixo. Não vamos passar a pensar micro e pequenos. Vamos pensar o grande que construímos! Somos nossos princípios dos quais não abrimos mão! Vamos lutar pelo espaço institucional que decidimos conquistar.

Saudações, Luigi - ANTEAG

CÁRITAS BRASILEIRA:

De: Ademar <ademar@caritas.org.br>

Data: 10-04-2011 23:31:54

R – 1ª. opção: retirar as referências da economia Solidária da PL.

A 2ª. opção só faz sentido se e quando for estabelecido algum diálogo que JUSTIFIQUE essa integração, cujos elementos nos convencerem ou cuja determinação de forças nos obrigar a aceitar essa promiscuidade.

Se esse casamento vier a ser inevitável, que seja com separação de bens!

Pela equipe de E P S – assessoria nacional Cáritas

Ademar

P S – Assim como para o FBES e para o Conselho Nacional da Economia Solidária, este fato provocou manifestações com argumentos fortes a favor da Economia Solidária – outra economia, distinta da capitalista e suas ideologias-valores, assim também as manifestações dos parlamentares favoráveis à economia solidária, deverá provocar maior discernimento sobre que economia estão defendendo!

Se, e em último caso, nada mudar, a idéia do casamento com separação de bens pode vir a ser, neste governo, a última solução!

Vamos continuar apostando em nossa agenda positiva junto aos parlamentares e à sociedade?

Temos um outro P L a conquistar: o Projeto de lei da Economia Solidária!

Vamos ver quantos parlamentares podem assumir, assinar e animar a captação de 1,5 milhão de assinaturas?

FRENTE PARLAMENTAR DE SÃO PAULO E REDE DE ECONOMIA E FEMINISMO:

De: verau.machado <verau.machado@uol.com.br>

Data: 10-04-2011 20:10:11

Companheiros e companheiras do FBES,

A posição da representação da Frente Parlamentar em apoio a Economia Solidária e a REF (rede de Economia e Feminismo) é contrária ao PL 865 que coloca a Economia Solidária e o CNES dentro do Ministério da Micro e Pequena Empresa, pois fere todos os princípios da base da Economia Solidária.

Esta é a posição da nossa representação no FPES.

Abs solidários e feministas

Vera Machado

ENCONTRO REGIONAL DE FORMAÇÃO SUDESTE:**CARTA DE REPÚDIO AO PL 865 / 2011**

Nós, do Movimento de Economia Solidária que lutamos ativamente para que a Presidenta Dilma Rousseff, fosse eleita e que as conquistas alcançadas no governo Lula fossem garantidas, estamos indignados com o Projeto de Lei no. 865, de 31 de março de 2011.

O referido PL foi elaborado desrespeitando o processo democrático do qual viemos conquistando e fortalecendo dentro do governo popular, no diálogo sobre as questões atuais e das futuras perspectivas do Movimento de Economia Solidária, sendo portanto, totalmente contrária aos anseios deste existente no Brasil.

O Movimento de Economia Solidária, vem se consolidando através dos inúmeros Fóruns Municipais, Estaduais, Regionais e das mais diversas Redes de Cooperação, na perspectiva de contribuir para consolidar a cidadania e a erradicação da pobreza extrema no país.

Entendemos que esta proposta representa um retrocesso aos avanços conquistados desde 2003, com a criação da SENAES.

Manifestamos nosso total e veemente repúdio à proposta do CNES (Conselho Nacional de Economia Solidária) e a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), estarem em uma Secretaria de Micro e Pequena Empresa, como encaminhado no PL 865, de 31 de março de 2011.

Assinamos esta Carta de Repúdio no Curso de Formação de Economia Solidária da Região Sudeste, em Belo Horizonte, onde estão representantes Regionais, Estaduais e Municipais dos estados:

Espírito Santo – Geisiane Teixeira, Gisele Pereira, Itamarcos Coutinho, Kádio Serge Aristides, Silmara Guerreiro, Marcelo Brás, Marli Machado, Martinha dos Santos, Paulo Oliveira, Renata Roubach, Rita Santos, Rodrigo Alves, Rubens Patrocínio, Sílvio Pires de Melo, Tamara Gomes,

Minas Gerais – Ana Amélia Melo, Belmiro Alves, Élcio Felice, Flávia Assis, Gabriel Cato, Ivanildo, Lucas Siqueira, Nelly Medeiros, Lumpini João Pedro, Roseny Almeida, Synara Almeida Pinto, Thiago Vandrê,

São Paulo : Adalberto Sabino, Ana Flávia Borges, Helena Dandara, Helena Saraiva, Isabel Cristina Alves, Marcelo Braz, Paulo Índio, Paulo Oliveira, Renato Silveira Martins, Rodrigo Alves, Rosana Rocha, Silmara Guerreiro, Silvio Pires, Valdir Ferreira.

Rio de Janeiro - Alex Gomes, Gildo Bernardo, Maria Augusta Ferreira Miguel, Maira Vieira, Margareth Azevedo da Silva, Osni José dos Santos Júnior, Rômulo Mendes Silva, Rosângela de Jesus Bastos,

IMS:

De: Shirlei A. A. Silva <sasilva@marista.edu.br>

Data: 11-04-2011 19:17:02

Caros compas,

Paz e bem!

Pelo IMS estamos ficando com a posição 1.

(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Pelo espaço da economia solidária e pela centralidade do debate na pessoa humana e não na forma jurídica dos EES se oficializarem. Não queremos micro capitalistas, mas sim trabalhadores e trabalhadoras autônomas e conscientes.

Que as estruturas de poder possam ver que também outra forma de fazer política é necessária e urgente.

Um grande e forte abraço,

Shirlei

COLETIVO DE FORMADORES NO ENCONTRO REGIÃO SUL (SC, RS, PR)

Nota de Repúdio e Proposta de Mobilização

Nós, educadores/militantes da economia solidária da região sul do Brasil, reunidos em atividade de formação em Porto Alegre/RS, manifestamos profundo repúdio ao Projeto de Lei no 865 de 31 de março de 2011, que propõe à inserção das atribuições da Economia Solidária junto à criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, sem qualquer espécie de diálogo com o movimento da economia solidária.

A economia solidária compreende empreendimentos de cunho coletivo onde a propriedade e gestão são coletivas (autogestão) diferente das micro e pequenas empresas, que em geral, incorporam características de empresas convencionais capitalistas que se estruturam a partir da propriedade privada dos meios de produção e de prestação de serviço, por relações assalariadas e pela gestão vertical centralizada (heterogestão). Portanto, há uma diferença crucial de concepção de desenvolvimento – ao longo de sua história, o movimento de economia solidária vem afirmando a seguinte perspectiva:

"Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional as necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida." (Carta de Princípio FBES)

Desta forma, os empreendimentos de economia solidária não são meros instrumentos de inserção no mercado convencional via empreendedorismo e, portanto, para o conjunto de pessoas reunidas neste evento, economia solidária não está contemplada no texto do PL 865.

O encaminhamento deste Projeto de Lei é um desrespeito às deliberações do movimento de economia solidária, construídas em 4 Plenárias Nacionais, 2 Conferências Nacionais e Conferências Temáticas; é um desrespeito às discussões que o Conselho Nacional de Economia Solidária vem pautando nos últimos 8 anos de governo federal; também é um desrespeito à Secretaria Nacional de Economia Solidária que nos dois últimos governos tem gerido a política pública de economia solidária tendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária como um dos principais interlocutores; mas, sobretudo é um desrespeito aos muitos militantes da economia solidária que ajudaram a eleger a presidente Dilma, acreditando na capacidade de diálogo de seu governo e na sensibilidade às demandas da economia solidária - que não são as mesmas da micro e pequena empresa.

Por tudo isso, aproveitamos a ocasião deste encontro, que reúne educadores militantes dos três estados (PR, SC e RS) da região sul do Brasil, não só para repudiar o PL 865, mas também para propor mobilização política em reação aos últimos encaminhamentos do Governo Federal.

Sugerimos ao conjunto do movimento de economia solidária, em especial aos Fóruns Estaduais e locais de Economia Solidária dos quais este coletivo participa e, conseqüentemente, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), as seguintes estratégias:

1. Posicionamento a favor de ementa que retire as atribuições da economia solidária da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, ou seja, um rompimento com a PL 865;

2. Uma reação – mobilização política - ao desrespeito que o movimento de economia solidária esta sofrendo com o encaminhamento da PL 865, sem qualquer diálogo com o movimento de economia solidária:

- 2.1. Feiras Protesto - que as Feiras de “Páscoa”, “Dia das Mães” e ainda outras que estejam

acontecendo, se constituam como um ato público de protesto comum nos três estados do sul. Desta forma, as feiras devem: ser ornamentadas com faixas e cartazes com palavras de ordem comuns; utilizar o canal de comunicação das feiras para manifestar protesto; distribuir filipetas esclarecendo a diferença entre economia solidária e micro e pequena empresa; colher assinaturas (abaixo assinado)

em favor do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que dispõe sobre a Política da Economia Solidária (http://www.fbes.org.br/lei_iniciativa_popular); e como ato simbólico, escolher um momento em que todos dançam e cantem a CIRANDA (com letra ao final deste documento) por outro desenvolvimento;

2.2. Diálogo com os demais movimentos sociais que também pregam outra perspectiva de desenvolvimento, e não a que está dada: o indicativo é que cada Fórum Estadual delegue uma ou mais pessoas para dialogar com os pares do movimento de economia solidária a fim de que se comprometam com a luta da economia solidária e vice versa – assim a luta de um se torna a luta de todos; Encaminhar documento para que outros movimentos subscrevam nota de repúdio;

2.3. Diálogo com os representantes legislativos: Haverá uma reunião da Frente Parlamentar Mista com representantes do Fórum Brasileiro de economia Solidária, no dia 12 de abril, às 15hs. O indicativo é que o movimento consiga mobilizar o máximo de deputados federais e sensibilizá-los para a causa da economia solidária. Desta forma, todos devem se comunicar (de preferência por telefone) com seus representantes no legislativo antes do dia 12 de abril;

2.4. Sugestão de que nos próximos dias, ocorra ato (com falas de deputados estaduais) nas Câmaras dos três estados do sul. O indicativo são os dias 19 e 20 de abril do corrente ano;

2.5. Para todas as manifestações mobilizar a mídia, sobretudo a mídia livre – fóruns de blogueiros – para que as reivindicações da economia solidária tenham repercussão nos meios de comunicação;

3. Mobilização Nacional: sugerir ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária um dia comum de mobilização nacional. O indicativo é que um Protesto em defesa da retirada da economia solidária do PL 865, ocorra no dia 1o de maio (Dia do Trabalhador) pelo direito de trabalhar e produzir em cooperação; aproveitar espaços públicos que reúnam militantes da economia solidária (ações de projetos de políticas públicas) tanto nacional quanto regional para realizar manifestos públicos em repúdio a PL 865;

4. Sugestão de palavras de ordem para faixas e cartazes: “Autogestão produção sem patrão – Economia Solidária fora da PL 865”; “Economia é todo dia, nossa vida não é mercadoria – Economia Solidária fora da PL 865”; “Economia Solidária não é micro e pequena empresa - Economia Solidária fora da PL 865”; “Pelo direito de trabalhar e produzir em cooperação - Economia Solidária fora da PL 865”; “Economia Solidária não é economia do patrão é do trabalhador - Economia Solidária fora da PL 865”.

Porto Alegre, 08 de abril de 2011

Coletivo de educadores/militantes da economia solidária que participaram da formação em Porto Alegre durante os dias 07 e 08 de abril de 2011:

Rio Grande do Sul:

Jurema Amorin - Viamão, Sueli Angelita da Silva - São Leopoldo, Katiucia Gonçalves - Porto

Alegre, Tatiana Hausen - Porto Alegre, Sônia Maria Rocha Rodrigues - Viamão, Angela Gomes dos Santos Costa - Ijuí, Eduardo Cauê S. Moreira - Porto Alegre, Carlos Alberto Brito Alves - Pelotas, Carlos Roncato - São Leopoldo, Maria Isabel Rodrigues Lima - Novo Hamburgo, Mirian Pocebon - Porto Alegre, Renata Pittar de Giorgio - Porto Alegre, Leticia da Silva Balester - Porto Alegre e Aline Mendonça dos Santos - Porto Alegre

Santa Catarina:

Luciana Capistrano - Lages, Wagner R. Bencke - São Miguel do Oeste, Filomena Martins Lavado - Itajaí, Diandra Paula Andreoli - São Miguel do Oeste, Kristiany Mariely Bender - Blumenau, Eliandra Gomes Marques - Bandeirante, Fernanda Ramirez - Joinville, Jocilene de Souza Vieira Braga - Joinville, Daniel Tomazoni - Joinville, Vilson Vilmar Trindade - Chapecó, Gelsomar Sbardelotto - Chapecó e Andrea Viana Faustino - Florianópolis

Paraná:

Carlos Alencastro Cavalcanti - Curitiba, Angela Cristina - Curitiba, Maria de Fátima Costa Milan - Curitiba, Durce Rodrigues de Figueiredo - São José dos Pinhais, Keiko Rosana de Souza Sato - Curitiba, Jonatas dos Santos Barreto - Cascavel, Regina Eliana de Figueiredo - Curitiba, Rosangela Silva Ferreira - Cascavel, Cleverson José Moraes de Oliveira - Porto Amazonas, Marilene de Souza - Rebouças, Marcia Bianchi Costa - Paçandu, Vladimir de França - Curitiba e Antonio Carlos Camargo - Curitiba

Letra da Ciranda:

“Cirandeiro, cirandeiro ó
Rede e solidariedade, não se faz de uma mão só!
Vou construindo uma rede solidária
Que vive o sonho de uma vida melhor!
A rede cresce no sonho da liberdade
Que une nossas utopias, vidas, mãos e corações!
Essa ciranda não é minha só, ela de todos nós, ela é de todos nós!
A utopia é que nos uniu, para viver e cantar o sonho em uma só voz.
Para esta ciranda,
Juntamos mãos com mãos.
Unimos sonhos e vida,
Na força da ação.”

BANCOS COMUNITÁRIOS DA REGIÃO SUDESTE :

Ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária,

Vitória, 11 de abril de 2011

Os Bancos Comunitários da Região Sudeste e as Organizações da Sociedade Civil de apoio à Economia Solidária e Finanças Solidárias abaixo subscritos reunidos na cidade de Vitória – ES vêm por meio desta se posicionar com relação à Consulta da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Após discussão sobre o contexto e as possibilidades de atuação do Movimento de Economia no momento, nos posicionamos de forma contundente pela opção:

“(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa”

Consideramos que a Economia Solidária é parte de uma estratégia de desenvolvimento baseada em princípios e valores de autogestão e democracia econômica que, embora conviva e tenha como parceiras outras formas de empreendedorismo popular não pode estar subordinada à lógica do Micro e Pequeno Empreendedorismo. O ponto central é que o modelo difundido pelo Micro e Pequeno Empreendedorismo propõe a criação de alternativas para a geração de renda que não rompem com as relações convencionais de produção e distribuição dos resultados do trabalho, reproduzindo a lógica da exploração, da centralidade do capital e da geração de lucro.

Enxergamos a Economia Solidária além do limite da mera geração de trabalho e renda. Vemos nessa forma de organização a oportunidade de reorganizar a economia a partir de um novo olhar. Para os Bancos Comunitários a luta é pela organização da economia local com a participação da comunidade não apenas na produção, mas no acesso ao crédito e nas estratégias de escoamento da produção e estímulo ao consumo local.

Por isso consideramos que o Movimento de Economia Solidária deve se manter firme na luta pela ampliação do espaço da Economia Solidária no Governo Federal, sobretudo na luta pela implementação de um Marco Jurídico adequado à realidade da Economia Solidária.

Assinam essa carta:

Espírito Santo

Banco Bem
Banco Sol
Banco Comunitário Verde Vida
Banco Terra
Associação Ateliê de Idéias
Instituto GG5 de Desenvolvimento Comunitário
Associação Costumes Artes
Nossa Casa Senhora de Lourdes

São Paulo

Banco Comunitário Apuanã
Banco Comunitário Autogestão
Banco Paulo Freire
Banco União Sampaio
Banco Vista Linda
Associação dos Sem Terra da Zona Norte
Casa de Cultura São Luiz
Associação de Desenvolvimento Local
União Popular de Mulheres de Campo Limpo

Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Vista Linda
Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo – NESOL-USP

Minas Gerais

Banco Comunitário Sussuarana

Ceará

Instituto Palmas (Fortaleza/CE)

OPÇÃO 2 – alteração do nome da secretaria no PL

UNITRABALHO (2 POSICIONAMENTOS CLOVIS E NEZILDA) :

De: Clovis Vailant <Vailantc@terra.com.br>

Data: 08-04-2011 12:33:38 (Fri, 8 Apr 2011 15:33:38 +0000)

Companheiras e companheiros da Cordenação Executiva,

Envio este para informar que por ter que fazer um exame na segunda-feira não irei a Brasília.

Quero aqui registrar minha posição.

Primeiro: enquanto movimento minha defesa pública será sempre pela deliberação da Base que construiu as Conferências Nacionais, ou seja não defendo nada menos que um Ministério.

Segundo: sou da coordenação executiva e como tal estou disposto a ir para o sacrifício pessoal e defender as políticas que construímos no governo federal e o patamar que estas devem ter. Por isso avalio que a ida da coordenação da política de economia para a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - SEMPE é uma oportunidade a ser considerada e construída.

Antes até defendi a permanência da SENAES no MTE, contudo refleti muito e acredito que uma aliança com os micro e pequenos empresários é melhor do que a que temos com o "Direito do Trabalho". A idéia da submissão do trabalho ao capital é o centro da definição programática do MTE.

Agora vejam: falo em aliança e não fusão. Quem tem medo da micro e pequena empresa? Nosso povo tem formação política suficiente para compreender uma aliança sem se contaminar ideologicamente.

Vejo na SEMPE a oportunidade de termos políticas que cheguem aos EESS pois será uma secretaria com atividade fim, ou seja, não será como no MTE que é um ministério que atividade meio, com foco claro na fiscalização e pouco sobra à realização.

Vejo ainda a possibilidade de construir instrumentos e ferramentas para nossas políticas, teremos como elaborar o modo de operação da secretaria.

Temos ainda a possibilidade de construir o embrião do nosso ministério, com já aconteceu historicamente com o MDA.

Temos que construir agora nossa participação como integrante da secretaria e não um apêndice, ou seja, temos que estar expresso no nome como Secretaria Especial de Economia Solidária, Micro e Pequenas Empresas. E não estarmos só no nome e sim com peso político necessário para construir a direção da secretaria. Vejam que nós já temos políticas e um conselho que estão sendo carreados para lá, podemos e devemos fazer valer nossa história institucional construída nos 7 anos e meio passados.

Temos que pautar a diferença nossa, ma vejam que sempre afirmamos politicamente que podíamos conviver com as diferenças e temos que lutar contra as desigualdades. Nossa aliança não será com o Walmart ou o Pão de Açúcar, será sobretudo com iniciativas de empreender que muitas vezes ocupam mão de obra familiar. No bairro que moro tem 3 mercados, todos com a família inteira trabalhando neles. Sei e não preciso dizer dos fundamentos diferentes da economia solidária e o

micro e pequeno empreendedorismo mas reafirmo: é uma aliança e não uma fusão. Continuo defendendo que no Congresso façamos o debate de modelo, vamos aproveitar para marcarmos nosso campo. Não acredito que a questão central se esvazie no debate da personalidade jurídica, qualquer que seja a personalidade que escolhermos ela ainda será a definida pelo Estado e pelo Mercado que temos.

Envio este com cópia para a REMSOL e a lista ds incubadoras da UNITRABALHO para aprofundarmos o debate nestes espaços.

Saudações Solidárias

Clovis Vailant
Coord. Colegiada da REMSOL
065 96145176

De: nezilda@terra.com.br
Data: 10-04-2011 20:38:52 (Sun, 10 Apr 2011 23:38:52 +0000)

Prezados(as),

Repasso e-mail do FBES para manifestação dos componentes da Rede Unitrabalho.

Minha escolha é pela opção 2, pois entendo que ainda não temos a força social necessária para insistirmos na proposta da II CONAES de um Ministério de Economia Solidária. Vamos continuar trabalhando nesse espaço que se abre, sem abrir mão do que construímos e acreditamos, pois entendo que necessitamos de alianças e de uma estratégia capaz de nos fortalecer.

Abraços

Maria Nezilda

REDE DE GESTORES BH (REPRESENTANTE) :

De: Belmiro Alves de Freitas <bel.alves@yahoo.com.br>
Data: 11-04-2011 09:38:14 (Mon, 11 Apr 2011 05:38:14 -0700 (PDT))

(2) solicitar, via emenda, a alteração do nome da secretaria para "Secretaria de Economia Solidária e Micro e Pequena Empresa", e na emenda solicitar também que as políticas e programas sejam preservados, e que uma das subsecretarias seja de economia solidária?

Justifique sua resposta: Opto pela segunda opção por sentir uma maior possibilidade de avanço.

MINAS GERAIS (2 COORDENADORES) :

De: coopersoli reciclagem <coopersoli@yahoo.com.br>

Data: 11-04-2011 14:07:51 (Mon, 11 Apr 2011 10:07:51 -0700 (PDT))

Ola, Pessoal!

Acho que ja foi uma perda grande não garantirmos uma Secretaria só para nós, nossa presidente nos traiu!!!!!!!!!!!!!!

Por mim é a resposta de nº 2, assim vamos garantir alguma coisa depois deste trairagem, para não só ficar locado em uma secretaria sem visibilidade, e garantir que as politicas e os programas sejam garantidos.

Saudações Solidarias,

Neli

De: JOAO L OPES DO NASCIMENTO NETO <joaolopespessoal@yahoo.com.br>

Data: 11-04-2011 16:07:44 (Mon, 11 Apr 2011 12:07:44 -0700 (PDT))

Minha opção é a nº 2 por entender que será melhor para todos os empreendimentos tanto de economia solidária ou não.

João Lopes Do Nascimento
Coord. Nacional FBES

MATO GROSSO: (1 COORDENADOR) :

De: josé adolfo sturza <jasturzaroo@hotmail.com>

Data: 11-04-2011 19:49:01 (Mon, 11 Apr 2011 18:49:01 -0400)

Caros

Como integrante da Coodenação Nacional de Economia Solidária -MT minha posição frente ao PL 865 é:

(2) solicitar, via emenda, a alteração do nome da secretaria para "Secretaria de Economia Solidária e Micro e Pequena Empresa", e na emenda solicitar também que as políticas e programas sejam preservados, e que uma das subsecretarias seja de economia solidária?

Penso que uma negociação no sentido de integrar a Econoimia Solidária na nvoa Secretaria seja mais interssante do que luatr para uma secretaria específica para tal. A questão das micro e pequenas empresas (emprededorismo) pode ser agluittnado com as questões da economia solidária (associativismo).

Att.

As duas opções

PARÁ (2 COORDENADORES) :

De: Arroyo João Cláudio <arroyojc@hotmail.com>

Data: 12-04-2011 00:41:47 (Tue, 12 Apr 2011 03:41:47 +0000)

Caros/as parceiros da coordenação nacional do FBES

Não tivemos tempo e condições para realizar um debate amplo sobre a consulta, mas o que conseguimos auscultar nos informa a seguinte posição:

(1) solicitar, via emenda, a retirada das atribuições de Economia Solidária (SENAES e Conselho) de dentro da proposta de criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa?

Propomos que o princípio não deve ser auto-excluir-se dos espaços públicos, mas o contrário, ocupar onde for possível, desde que some com o fortalecimento da Ecosol enquanto política pública e, sobretudo, prática econômica. Ora, sabemos que a conquista de espaços públicos, na qualidade desejada, é diretamente proporcional a nossa força política e econômica e isso depende fortemente da nossa capacidade de organização e união em torno de resultados efetivos que mostrem para a sociedade o que e como a Economia Solidária é capaz de fazer para melhorar o mundo, conquistando sua adesão consciente, como prática e ideologia. Logo, propomos que o foco seja o de garantir políticas de fomento adequado à Ecosol onde for possível, mantendo o que já temos e, se possível, avançando onde pudermos. Ou seja, já nos manifestamos fortemente pela criação de um espaço próprio seja Ministério ou Secretaria Especial, se fomos derrotados nesta pretensão, não podemos cair no tudo ou nada, o ideal seria termos na nova secretaria de micro e pequena empresa mais uma estrutura, além do que já temos no MTE, assim como somamos com a secretaria de inclusão produtiva do MDS, no MDA etc. E assim, firmar o Conselho Nacional como o centro das políticas de ecosol.

(2) solicitar, via emenda, a alteração do nome da secretaria para "Secretaria de Economia Solidária e Micro e Pequena Empresa", e na emenda solicitar também que as políticas e programas sejam preservados, e que uma das subsecretarias seja de economia solidária?

Entendemos que o essencial é que o movimento se fortaleça de baixo para cima e que lutamos, independente da estrutura de governo, para que a Economia Solidária assuma um papel central no modelo de desenvolvimento, e de sociedade, no Brasil e no mundo. Ora, sem dúvidas, colocar no título da nova secretaria o tema Economia Solidária aumenta muito a visibilidade de nosso movimento, no entanto, exigiria de nós a capacidade de partilhar muito fortemente sua condução. O que nos parece temerário é ter o nome em algo que nem influenciaremos significativamente, correndo o risco de vermos o título da nossa temática associada a outras idéias. Portanto, de nosso ponto de vista, propomos que trabalhemos para ocupar mais este espaço mas sem impor um nome que não possamos lhe conferir o conteúdo.

Entendemos que o esforço central do FBES deve se concentrar em promover a identidade do movimento junto à sociedade, o governo inclusive. Deve cuidar mais da política pública do que do espaço, mais do Conselho do que da secretaria, mais dos editais e, principalmente, resultados dos projetos e políticas do que do gestor que está de plantão. A supervalorização do debate sobre o espaço distorce a função do FBES.

Maria Gercina Araujo

João Claudio Arroyo

Representante do Pará na coord. nac do FBES.